



EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT: REFLECTIONS ON THE STUDENT ASSISTANCE POLICY IN HIGHER EDUCATION

Lisiane Guterres Pedrosa¹
Anelise Graciele Rambo²

RESUMO

Com o avanço das universidades e a maior acessibilidade ao ensino superior, surge a necessidade de uma política pública que atenda às demandas da população, enfrentando desafios socioeconômicos. Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Estudantil é estabelecida, visando garantir a permanência e conclusão bem-sucedida dos cursos. Este enfoque na educação superior desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional, ao oferecer oportunidades educacionais que promovem equidade e contribuem para o avanço socioeconômico nas diferentes regiões do país.

Palavras-chave: assistência estudantil; desenvolvimento regional; educação.

ABSTRACT

With the advancement of universities and greater accessibility to higher education, there is a need for a public policy that meets the demands of the population facing socioeconomic challenges. In this context, the National Student Assistance Policy is established, aiming to guarantee the permanence and successful completion of courses. This focus on higher education plays a crucial role in regional development,

¹ Assistente Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Campus Litoral Norte. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: lisiguterres@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6930-4411>

² Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES/UFRGS) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: anelise.rambo@ufrgs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9974-9844>

by offering educational opportunities that promote equity and contribute to socioeconomic advancement in different regions of the country.

Keywords: student assistance; regional development; education.

Resumo Expandido recebido em: 22/01/2024

Resumo Expandido aprovado em: 27/11/2024

Resumo Expandido publicado em: 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2ianais.5197>

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, historicamente, apresenta elevada desigualdade social, sendo um dos países mais desiguais do mundo. Em 2017, o país parou de reduzir suas desigualdades e possuía 15 milhões de pobres, correspondente a 7,2% da população brasileira. Mesmo antes da pandemia do Covid-19, decretada em 2020, os 10% de brasileiros mais ricos já tinham uma renda média per capita superior a 50 vezes a dos 10% mais pobres, e a renda dos 5% mais ricos era 77 vezes maior (Banco Mundial, 2022).

Estas desigualdades repercutem em diferentes espaços sociais, inclusive no acesso e na permanência no ensino superior. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua Educação), no Brasil, as pessoas de 18 a 24 anos de idade são aquelas que idealmente estariam frequentando o ensino superior, caso completassem a educação básica na idade adequada. Contudo, o atraso e a evasão escolar estão presentes tanto no ensino fundamental quanto no médio. Conseqüentemente, muitos jovens entre 18 e 24 anos já não frequentam mais a escola e alguns ainda frequentam as etapas da educação básica obrigatória. Por sua vez, 20,8% dos jovens desta faixa etária, frequentavam cursos da educação superior, 10,3% estavam atrasados, frequentando a educação básica, 65,5% não frequentavam escola e apenas 4,1% haviam completado o ensino superior. Estes números variam significativamente conforme regiões, cor ou raça e sexo (IBGE, 2023).

O acesso ao ensino superior é um marco fundamental para o desenvolvimento de sociedades inclusivas e igualitárias. À medida que as universidades se expandem

e buscam ampliar as oportunidades de ingresso, surge a necessidade premente de abordar as desigualdades socioeconômicas que muitas vezes dificultam a educação superior. É nesse contexto que a Política Nacional de Assistência Estudantil assume um papel de destaque, garantindo que a limitação de recursos financeiros não seja um impedimento na busca do conhecimento e na construção de uma futura promessa profissional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Diante desse cenário, nosso objetivo é discutir acerca do papel da Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior na redução das desigualdades regionais e, por conseguinte, sua contribuição para o desenvolvimento regional. Metodologicamente, este estudo é qualitativo, exploratório, baseado em revisão bibliográfica. Está estruturado em três partes além desta introdução. A primeira seção discute a política de assistência estudantil no ensino superior embasada em elementos teóricos sobre políticas públicas. Já a segunda parte explora a relação entre desenvolvimento, educação e desigualdades sociais. Na sequência são apresentadas as considerações finais e as referências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através de pesquisas realizadas pelo FONAPRACE (Fórum de Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários) de todo o Brasil, foi identificado o perfil do estudante das universidades públicas brasileiras e constatou-se que este perfil reflete a realidade brasileira, em que a maioria dos brasileiros não possui renda para suprirem suas necessidades básicas (Brasil, 2001). A partir desta pesquisa, constatou-se a necessidade da implementação de uma Política Pública que abarcasse esse segmento da população.

Constatou-se ainda as dificuldades de acesso dos estudantes ingressantes nas universidades, de alojamento ou moradia, pelos altos custos de aluguel fora de sua cidade de origem, bem como questões com o deslocamento até o campus, por geralmente ser um lugar mais retirado da zona urbana dos municípios, ainda,

dificuldades com alimentação, a maioria dos estudantes, efetivando suas únicas refeições diárias nos Rus universitários, bem como despesas simples como material didático, impressões, entre outros

Diante disso, a implementação da política de assistência estudantil no Brasil teve início na década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tinha como objetivo apoiar estudantes de baixa renda, matriculados em instituições públicas de ensino superior. Ela foi baseada na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que definiu a educação como um processo de formação integral e a necessidade de garantir condições de acesso e permanência na escola para todos os estudantes (Brasil, 1996).

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (Brasil, 1996, p. 4).

A Política de assistência estudantil no Brasil foi desenvolvida com base no princípio da democratização do acesso à educação e na necessidade de combater a exclusão e a desigualdade socioeconômica no sistema educacional brasileiro. Ainda se rege por princípios como: afirmação da educação superior como uma política de Estado, gratuidade no ensino, igualdade de condições para o acesso, a permanência e conclusão do curso, entre outros (Brasil, 2001).

A educação superior no Brasil tem passado por diversos desafios ao longo dos anos, que incluem questões relacionadas à qualidade, acesso, permanência e desigualdades. Políticas públicas desempenham um papel fundamental na tentativa de enfrentar esses desafios e melhorar o sistema de ensino superior do país.

Fernandez (2004) aborda como a educação pode ser um fator chave para promover ou inibir a justiça social em uma sociedade. Isso pode envolver análises das disparidades educacionais entre diferentes grupos socioeconômicos, como minorias

étnicas, classes sociais e regiões geográficas. Ele explora como essas desigualdades educacionais podem perpetuar ciclos de desigualdade social. Ele faz a seguinte reflexão sobre as desigualdades sociais e educacionais:

Primeiro, foram as desigualdades de classe, que dominaram o debate sobre a política educacional praticamente até os anos 60, do século XX; depois, e mais ou menos a partir desta década e da seguinte, as desigualdades de gênero; por fim, a partir dos anos 80 – embora antes nos países de imigração em massa, como os Estados Unidos -, as desigualdades étnicas. Ainda que toda a desigualdade seja, em última instância, uma desigualdade entre indivíduos, nem todas são percebidas da mesma maneira (Fernandez, 2004, p. 77).

Bourdieu argumenta que o sistema educacional, ao avaliar os alunos com base em critérios que privilegiam certos grupos sociais, acabam por reproduzir as posições sociais existentes. Os indivíduos que se enquadram nas normas culturais dominantes têm mais chances de alcançar o sucesso educacional e, posteriormente, ocupar posições mais elevadas na posição social. Tanto escolas, como as universidades, reproduzem as condições sociais dos indivíduos devido as estruturas educacionais que favorecem aqueles que já possuem certos hábitos culturais, perpetuando, assim, as desigualdades sociais existentes na sociedade.

Apesar de sua ênfase na reprodução social, Bourdieu também acreditava na possibilidade de transformação social e emancipação dos indivíduos. Ele via a educação crítica e reflexiva como um meio para os indivíduos desafiarem as estruturas dominantes e buscarem uma sociedade mais justa.

Fernandez (2004) também aborda a importância do acesso equitativo à educação, bem como a qualidade do sistema educacional. Isso envolve análises das políticas públicas relacionadas à educação, financiamento escolar, currículo e formação de professores. O autor busca entender como as estruturas educacionais e as políticas podem influenciar a distribuição de oportunidades e recursos em uma sociedade, contribuindo para a promoção ou redução da justiça social.

A relação entre o desenvolvimento considerado como progresso, as desigualdades sociais e as desigualdades educacionais é intrincada e complexa. Esses três elementos estão interligados de várias maneiras e têm um impacto significativo na vida das pessoas e no desenvolvimento de uma sociedade. As desigualdades educacionais também podem levar a desigualdades de oportunidades.

Aqueles que recebem uma educação de baixa qualidade têm menos chances de competir em um mercado de trabalho cada vez mais exigente e globalizado.

Outro aspecto a ser discutido poderia ser o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e engajados. Uma educação de qualidade pode capacitar os indivíduos a entender melhor questões sociais, políticas e econômicas, permitindo-lhes participar ativamente na promoção da justiça social.

Na década de 1960, Bourdieu, traz a tona as desigualdades no âmbito educacional e destacou como essas desigualdades afetam os estudantes de diferentes origens sociais. Ele argumentou que o sistema educacional não é neutro, mas reflete e perpetua as desigualdades existentes na sociedade (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2002, p. 16).

Nogueira e Nogueira (2002 p. 16) ao discutirem a obra de Bourdier destacam que:

Até meados do século XX, predominava nas Ciências Sociais e mesmo no senso-comum uma visão extremamente otimista, de inspiração funcionalista, que atribuía à escolarização um papel central no duplo processo de superação do atraso econômico, do autoritarismo e dos privilégios adscritos, associados às sociedades tradicionais, e de construção de uma nova sociedade, justa (meritocrática), moderna (centrada na razão e nos conhecimentos científicos) e democrática (fundamentada na autonomia individual) (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 16).

Uma forma de pensar a justiça social dentro da educação seria através da implantação de programas e políticas nesta área. As políticas educacionais se fundamentam em referenciais normativos, são consideradas políticas de cunho social e são reconhecidas através da formulação de planos, diretrizes e estratégias, com o objetivo de trazer melhorias à sociedade no campo da educação. Nesse contexto, tanto a Constituição de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) desempenham o papel de marcos regulatórios para a política pública de educação no Brasil (Mota, 2019).

No ensino superior, com a expansão das universidades e implantação das políticas de inclusão social, o sistema educacional universitário começou a pensar nas peculiaridades da população brasileira, trazendo mais pessoas para o ensino superior, proporcionando mais igualdade nas formas de ingressar no mercado de trabalho através de formação profissional.

Na última década, o aumento no acesso ao ensino superior no Brasil foi impulsionado por três ações principais: a) a implementação do REUNI, que ampliou o número de vagas nas universidades federais; b) melhorias e expansão do Programa de Financiamento Estudantil (Fies); c) criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), em resposta ao não cumprimento da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010, que buscava que pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estivessem cursando o ensino superior. Segundo Lima (2013 p. 100):

O REUNI, como uma das manifestações do PDE, foi estabelecido por meio do Decreto nº. 6096, de 24 de abril de 2007, tendo como finalidade a de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior em nível de graduação, aproveitando a estrutura física e os recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007). Às universidades que fizessem a adesão ao REUNI, seriam oferecidos recursos para a ampliação de estruturas físicas e tecnológicas e contratação de docentes e técnicos. Como contrapartida as universidades deveriam apresentar um percentual de 90% de conclusões nos cursos de graduação e a relação de 18 alunos por professor. Com isso todas as universidades federais brasileiras aderiram ao REUNI (Lima, 2013 p. 100).

Em consonância com os referidos programas de melhorias no ensino superior brasileiro, implantou-se, em 2010, o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Seu objetivo foi garantir a permanência e conclusão do curso dos jovens ingressantes nas universidades públicas. Foi um grande salto para que os sujeitos de baixa renda conseguissem concluir o ensino superior.

Ainda há muito a se avançar, mas através de políticas de inclusão, podemos minimizar as desigualdades perpetuadas durante anos nos sistemas de ensino e na sociedade brasileira. Políticas de inclusão e políticas de desenvolvimento regional são duas vertentes de políticas públicas que buscam promover o acesso a oportunidades e o crescimento econômico em uma sociedade. Embora tenham objetivos distintos, estão interligados, pois a inclusão social é um componente fundamental para o desenvolvimento regional.

Ao nos remetermos a um debate atualizado sobre possíveis soluções as desigualdades sociais no Brasil, o desenvolvimento Regional aparece como alternativa e retorna ao debate político e acadêmico, mesmo que em forma de esperança a um movimento de repensar o desenvolvimento e a forma como ele está

se dando nas populações. Segundo Theis (2019 p. 354), o desenvolvimento regional seria a resposta para as desigualdades sociais, econômicas e políticas entre as desigualdades regionais. Para o autor, haveria “três estratégias para se enfrentar as disparidades regionais remetendo ao âmbito da Geografia Econômica: para um primeiro enfoque, desigualdades só podem ser corrigidas pelo mercado; para outro, desigualdades só podem ser corrigidas pelo Estado; e, para o terceiro, desigualdades deveriam/poderiam ser evitadas pela superação das condições materiais que, continuamente, as recriam” (Theis, 2019, p. 354).

No primeiro enfoque com a autorregulação do mercado, as desigualdades seriam extremamente agravadas, pois não haveria limites de contenção a exploração do capital. No segundo enfoque, mesmo com a intervenção do estado, o mercado continuaria a dominar sem coordenação, o que continuaria a produzir as desigualdades. Para o autor, os meios sugeridos para combater o que causa os males, os mesmos que os provocam e as disparidades não se resolveriam, seria como andar em círculos (Theis, 2019, p. 354).

Permitir acesso e permanência no ensino superior àqueles que historicamente foram excluídos ou permaneciam à margem do desenvolvimento, parece ser um dos muitos possíveis e urgentes caminhos para superação das condições materiais que recria as desigualdades. Pensar em alternativas para a construção de um mundo melhor seria a resposta, pensar no desenvolvimento de pequenas regiões, lugares, por meio da educação, para assegurar que estas possam se autogerir parece um caminho adequado.

4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama apresentado revela um cenário desafiador e, ao mesmo tempo, repleto de iniciativas e políticas destinadas a enfrentar as desigualdades socioeconômicas no contexto do ensino superior no Brasil. A pesquisa do FONAPRACE fornece uma visão detalhada do perfil do estudante universitário, destacando as dificuldades de acesso e as carências enfrentadas por aqueles que buscam uma formação superior.

A implementação da Política de Assistência Estudantil, iniciada nos anos 1990 com o PNAES, é evidência do compromisso do Estado em democratizar o acesso à educação e combater as disparidades socioeconômicas. Essa política, alinhada com princípios constitucionais e legais, busca não apenas viabilizar o acesso, mas também assegurar a permanência e conclusão dos cursos, mitigando os efeitos das desigualdades presentes em diversos estratos sociais.

Os desafios destacados no texto, conforme analisados por autores como Fernandez e Bourdieu, sublinham a complexidade das relações entre educação e desigualdades sociais. A crítica de Bourdieu à neutralidade do sistema educacional, que muitas vezes privilegia determinados grupos sociais, ressalta a importância de se repensar as estruturas existentes e buscar transformações sociais.

A expansão do acesso ao ensino superior nas últimas décadas, impulsionada por iniciativas como o REUNI, FIES e PROUNI, representa um passo significativo em direção à equidade. No entanto, o texto reconhece que há desafios persistentes, demandando um contínuo aprimoramento das políticas educacionais.

A discussão sobre o papel do desenvolvimento regional como resposta às desigualdades sociais, econômicas e políticas destaca a necessidade de abordagens integradas. A busca por alternativas que transcendam meras intervenções de mercado ou estatais evidencia a complexidade do problema e a importância de se pensar em soluções holísticas.

Em síntese, o texto reflete um ambiente educacional dinâmico, marcado por avanços e desafios. A política de assistência estudantil e a expansão do acesso ao ensino superior são passos importantes, mas a necessidade de uma abordagem mais abrangente, envolvendo políticas de desenvolvimento regional, ressalta a urgência de uma visão ampliada e sustentável para a promoção da justiça social e igualdade de oportunidades no cenário educacional brasileiro. O desafio persiste, mas a análise crítica apresentada aponta para caminhos promissores na construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório de pobreza e equidade no Brasil**: mirando o futuro após duas crises. Sumário executivo. 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/25e36349-9396-53bc-95a9-10e5c6d008ef/content>. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: jan. 2023.

FERNÁNDEZ, Enguita Mariano. **Educar em tempos incertos**. São Paulo: Artmed, 2004.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **PNAD Contínua Educação**. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em out/. 2023.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, p. 85-105, 2013.

MOTA JÚNIOR, Antônio de Macêdo. **Políticas públicas para a educação superior no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172614>. Acesso em: jun/2003.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & sociedade**, v. 23, p. 15-35, 2002.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, v. 24, n. 3, p. :334-360, 2019.

THEIS, I. M. Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v. 24, n. 1, 2022.